

Indecisão marca a tônica das discussões no Senado sobre acordo com credores

por Maria Clara R. M. do Prado de Brasília

Os membros da comissão de economia do Senado Federal estão, em geral, visivelmente indecisos quanto à atitude a tomar frente ao acordo negociado entre o Brasil e os bancos credores sobre os juros atrasados da dívida externa. Do pronunciamento da comissão depende o encaminhamento ou não para o plenário do Senado do protocolo do acordo que o negociador oficial, embaixador Jório Dauster, procura finalizar com o comitê de bancos, em reunião prevista para hoje, em Nova York.

Ontem, os senadores ouviram na comissão depoimentos de personalidades que têm opiniões completamente diferentes sobre o acordo negociado em princípio com os bancos. "A questão é política e deve ser negociada a nível de governos", opinou o presidente do Partido dos Trabalhadores (PT), Luiz Inácio Lula da Silva, recomendando aos membros da comissão que rejeitem o acordo dos atrasados.

"O Senado deve aprovar esse acordo e já", contrapôs de forma surpreendente o ex-ministro da Fazenda, economista Luiz Carlos Bresser Pereira, confiante de que o acerto em torno dos atrasados, de cerca de US\$ 8 bilhões, abre caminho para o acordo da dívida de médio e longo prazos, nos moldes em que foi apresentado pela primeira vez pelo Brasil, em outubro passado, ao comitê de bancos. Ele acredita que o governo terá condições de manter o conceito fiscal da capacidade de pagamento na negociação do estoque da dívida, calculado por enquanto em cerca de US\$ 50 bilhões.

ANÁLISE CUIDADOSA

"Fico espantado de alguém dizer que o acordo deve ser aprovado já, quando se sabe que o protocolo ainda não está disponível, e não concordo com a posição do ex-ministro Bresser Pereira de que não assinar significa ir para o confronto" contra-atacou o economista Paulo Nogueira Batista Júnior, que ajudou o ex-ministro da Fazenda, Dilson Funaro, no processo de negociação da dívida externa.

Batista Júnior recomendou aos membros da comissão de economia que não se apressassem: "é preciso que a comissão analise com cuidado, sem considerar ameaças vagas que possam ser feitas", disse ele, referindo-se a uma observação feita pouco antes pelo ex-ministro Bresser, no sentido de que o País não tem outra alternativa, nas relações com os países do Primeiro Mundo, senão "tirar das nossas reservas US\$ 2 bilhões para pagar neste ano", conforme afirmou o ex-ministro.

O senador César Dias (PMDB-RR) quis saber quais seriam as consequências se o Senado Federal postergasse a aprovação

do acordo dos atrasados e tentasse vinculá-lo à taxa de crescimento econômico do País. Batista Júnior respondeu que se o acordo fosse postergado, nada de importante iria acontecer. No entanto, não escondeu que no caso de o Senado Federal não aprovar o acordo haveria redução nos já reduzidos fluxos de financiamento ao País por parte dos organismos multilaterais como o Banco Mundial (Bird), o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

"A inexistência de um acordo já causou tanto mal a este País que é difícil recomendar a alguém ser a favor ou contra (o acordo dos atrasados), sem saber que bicho é", opinou o senador José Eduardo Andrade Vieira, defendendo que a discussão da dívida externa seja politizada internamente, "para a sociedade tomar consciência do tamanho do sacrifício em um amplo acordo social".

MOLDES DO G-7

Na verdade, o ponto de vista de que a dívida externa é uma questão política, conforme foi levantado pelo presidente do PT, tomou boa parte do tempo das discussões ontem. Lula defendeu a integração com outros países da América Latina, defendendo que os devedores também criassem um grupo nos moldes do G-7, que reúne os sete maiores países industrializados.

Os senadores ouviram Batista Júnior dizer que o governo cedeu no processo de negociação em torno dos juros atrasados e que se comprometeu com um acordo que vai representar um desembolso expressivo de recursos neste ano, muito além do que deveria. Segundo os dados apresentados por ele, o País pagará aos bancos, além de US\$ 1 bilhão dos juros e amortizações da dívida do setor privado (que desde janeiro está liberado para remeter os pagamentos ao exterior), mais cerca de US\$ 1,3 bilhão dos 30% de juros correntes do setor público, além dos US\$ 2 bilhões a serem desembolsados até dezembro — segundo os termos do acordo negociado com os bancos — e cerca de US\$ 500 milhões de juros dos bônus que começam a correr desde janeiro deste ano.

Ele recomendou aos senadores que lessem com cuidado o protocolo com os termos do acordo — assim que ficar fechado com os bancos será formalmente enviado pelo poder Executivo ao Senado Federal — e verificassem se trará em sua redação uma cláusula temporal, com data especificada, além da qual os bônus dos atrasados não seriam mais emitidos, perdendo sua validade dentro dos termos da negociação. O ponto é efetivamente importante porque pode forçar o Brasil a abrir negociações em torno dos US\$ 6 bilhões de atrasados.